



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

20/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

TST vai usar reconhecimento facial em prova de vida para aposentados

A distância e por meio digital desde o início de 2021, o cadastramento de magistrados e servidores aposentados e pensionistas do Tribunal Superior do Trabalho terá mais uma novidade: a prova de vida poderá ser feita por meio de reconhecimento facial no aplicativo "gov.br".

A iniciativa, inédita no Poder Judiciário, é fruto da parceria entre a presidência do TST e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

"O TST é o primeiro órgão do Judiciário a utilizar essa tecnologia para fins de prova de vida. É um serviço que melhora o atendimento aos servidores inativos e aos pensionistas, pois permite que todo o processo seja executado de forma remota, segura e célere", destaca a presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi.

A implantação da prova de vida com a utilização da biometria facial torna o processo do cadastramento mais acessível aos aposentados e aos pensionistas do TST, considerando que poderão cumprir essa exigência legal de qualquer lugar do mundo, bastando, para tanto, ter acesso a um dispositivo móvel e conexão com a internet.

A nova modalidade de cadastramento surge também como forma de preservar os que se mostram vulneráveis nesse período de pandemia.

A solução é integrada à plataforma "gov.br" e permite a comprovação para fins de recebimento dos proventos. O procedimento além de mais rápido, evita fraudes e pagamentos indevidos e, por isso, deve ocorrer periodicamente.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 20 de outubro.

Atividade econômica cai 1% em agosto, diz Monitor do PIB da FGV

Em um sinal de perda de fôlego, a atividade econômica caiu 1% no país em agosto, frente a julho, indica o Monitor do PIB, calculado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (19). Na comparação com o mês de agosto de 2020, a atividade teve alta de 4,4%. Frente a igual trimestre do ano passado, o crescimento foi de 6,7%.

"O resultado de agosto, de queda de 1% em relação a julho, traz um pouco de água fria. Mesmo assim, o trimestre ainda teve alta de 0,7%, porque a baixa no mês é de certa forma diluída ao longo do período", aponta o pesquisador Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB.

Segundo Considera, a pandemia impactou padrões de sazonalidade. Por isso, ele recomenda cautela na análise de dados referentes a períodos mais curtos.

Na visão do pesquisador, o resultado sugere uma retomada ao longo de 2021, mas ainda cercada por dificuldades. "O cenário continua muito complicado", diz.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 20 de outubro.

Auxílio de R\$ 400 com parte fora do teto pode provocar novas baixas na Economia

O arranjo financeiro aprovado pelo presidente Jair Bolsonaro para levar o valor médio do novo programa social Auxílio Brasil a R\$ 400 até o fim de 2022 pode provocar novas baixas na equipe.

Por enquanto, os principais auxiliares do ministro estão focados na contenção de danos, após a ala política do governo impor uma derrota à equipe econômica e emplacar um desenho do auxílio com uma parte (R\$ 100) fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação. Mesmo que o gasto seja temporário, a medida vai contra o que vinha sendo defendido pelo Ministério da Economia.

O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, tem evitado tocar no assunto nas conversas com interlocutores, tamanha é a frustração com o desfecho das negociações. Na reunião de segunda-feira, 18, Guedes e sua equipe ficaram isolados na briga pela manutenção do teto, o que sempre foi defendido pelo ministro em seus discursos. A reação dele ainda é considerada uma incógnita, apesar de assessores terem negado no último fim de semana que ele vá deixar o governo. No mercado, a pergunta que está sendo feita é se Guedes ficará no cargo.

A tarefa agora da equipe é evitar que esse buraco no teto se amplie até o envio da mensagem modificativa do projeto de Lei Orçamentária de 2022. Essa mensagem terá as mudanças acertadas na reunião de segunda do presidente Jair Bolsonaro com ministros.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 20 de outubro.

Senado aprova vale-gás para famílias de baixa renda no país

O Senado Federal aprovou, no fim da tarde desta terça-feira (19), a criação do vale-gás para famílias de baixa renda no país. Pela regra, o benefício a ser pago será de 50% do valor médio do botijão no país, que está em cerca de R\$ 100, segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O projeto voltará para a Câmara dos Deputados, pois houve a junção do substitutivo já aprovado pela Casa, no final de setembro, à proposta do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O projeto inicial, de número 1374/21 foi apresentado pelo deputado Carlos Zaratini (PT) e assinado por toda a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Pelo substitutivo da Câmara enviado ao Senado, o poder Executivo terá até 60 dias para implantar a medida. Em sua justificativa ao projeto original, o Zaratini afirmou que "ascensão de preços tem afetado dramaticamente a população de baixa renda, que já vem sofrendo com o desemprego e a crise econômica por que passamos, situação agravada pela pandemia de Covid-19", o que justificaria a medida.

Pelas regras, terá direito ao vale-gás as famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional, o que dá R\$ 550 hoje, ou famílias que tenham integrantes que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Saiba mais em: agora.folha.uol.com.br, quarta-feira 20 de outubro.

Câmara de Santos aprova ônibus gratuito para maiores de 60 anos

Se depender dos vereadores de Santos, todas as pessoas com mais de 60 anos poderão ter passe livre nos ônibus municipais da Cidade. O Projeto de Lei 3/2021, que prevê o acesso gratuito, também foi aprovado nesta terça-feira, em segunda votação. A medida segue agora para a sanção ou veto do prefeito Rogério Santos (PSDB).

"Estamos encaminhando o projeto ao Executivo com todo os pareceres das comissões da Casa favoráveis. Já me sinto vitorioso. Se chegar o veto (do prefeito), será irresponsabilidade dos vereadores votarem pelo veto. Não é possível que esta Casa seja favorável ao veto", disse Santana, já convocando os parlamentares para derrubarem uma eventual decisão contrária do prefeito.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 20 de outubro.